
Sobre "nomes de guerra": classificação e terminologia militares

On "soldier's nicknames": military classifications and terminology

Piero de Camargo Leirner



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/1660>

DOI: 10.4000/etnografica.1660

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 maio 2008

Paginação: 195-214

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Piero de Camargo Leirner, « Sobre "nomes de guerra": classificação e terminologia militares », *Etnográfica* [Online], vol. 12 (1) | 2008, Online desde 20 junho 2012, consultado em 08 janeiro 2020.

URL : <http://journals.openedition.org/etnografica/1660> ; DOI : 10.4000/etnografica.1660



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares¹

Piero de Camargo Leirner

Pretendo discutir como é construída, no universo militar, uma terminologia própria, que em grande parte mobiliza uma série de recursos simbólicos para a delimitação de seu universo em relação ao mundo “de fora”. Nesse processo, uma classificação do mundo é realizada apontando para uma organização conceitual hierárquica da realidade, abrangendo desde uma “visão de mundo militar” até a construção da pessoa por mecanismos de ressocialização dos novos militares, dos quais um fator importante é a aquisição de um “nome de guerra”. Posteriormente, pretendo observar como a nomeação também abrange coletividades militares e seus dispositivos de ação no mundo, como os armamentos.

PALAVRAS-CHAVE: militares, guerra, nomes, terminologia, hierarquia, armamentos.

INTRODUÇÃO

Diferentemente do que estamos acostumados a ver em sociedades individualistas, ou ao menos com características individualistas bem pronunciadas, as instituições militares, tais como se concebem hoje – que, se não nascem com o Estado moderno, se desenvolvem com ele –, são marcadas por um sistema de relações hipercodificado, como uma série de prescrições, comandos, regulamentos, cerimonial e protocolos estabelecidos não só para ocasiões solenes,

1 Este texto deriva de outro apresentado no simpósio internacional *Nomes e Pessoas: Gênero, Classe e Etnicidade na Complexidade Identitária*, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Centro Pagu de Estudos de Gênero (UNICAMP, Brasil), realizado no ICS/UL, em setembro de 2006. Agradeço novamente a João de Pina Cabral, Omar Ribeiro Thomaz e Heloísa Buarque de Almeida, bem como a leitura de Lauriani Albertini. Este texto faz parte de um projeto maior, financiado pela FAPESP.

mas, antes, para os fatos triviais da vida de seus membros. Marchar, desfilar, entrar em formação de combate – para nós é visível toda uma série de aspectos ritualísticos que marcam essas atividades. Porém, acordar, sentar à mesa, andar num corredor, entrar em um elevador, dirigir a palavra a outrem, despachar um documento, estabelecer uma roda de amigos – estendendo esse protocolo para sua família nuclear, inclusive –, eis uma série de prescrições, que se encontram em forma de regulamentos, as quais não estamos acostumados.

Toda essa série de códigos de conduta (impossível de demonstrar em sua extensão, ou sequer numa quantidade suficiente nos limites deste texto) opera no registro de um sistema classificatório “prescritivo” – para usar o termo de Sahlins (1990) –, que, se não é de fato estático nem monolítico, opera suas transformações e adaptações (diante da nossa realidade fundamentalmente “performática” [Sahlins 1990]) de modo a estabelecê-las *como e nos* limites protocolares dados. Para entender o porquê desse modo de vida, permitam-me antes de tudo o recurso a uma caução: o fundamento dessa extrema codificação prescritiva está ligado ao horizonte da atividade-fim dos militares, a guerra. Parto da hipótese de que o sistema de códigos próprios dos exércitos é uma espécie de “transsubstancialização positivada” do sistema da guerra na forma disciplinar e hierárquica da cadeia de comando (Leirner 2001). Em outras palavras, *a hierarquia militar é a continuação da guerra por outros meios*, parafraseando (e invertendo) Clausewitz.

Pretendo mostrar aqui como isso funciona no caso da terminologia militar. Em primeiro, vendo como ela é aplicada “para dentro” da corporação, baseada em um sistema classificatório que se fundamenta numa clivagem com o resto da “sociedade envolvente”,² quicá mesmo do Estado. Aqui, trata-se de ver como uma nomeação própria – de pessoas, coletivos e coisas – produz uma “solidariedade interna” esquadrinhada pela estrutura da cadeia de comando. Deste modo, trata-se ao mesmo tempo de um sistema classificatório que opera no registro da “profundeza do pensamento selvagem”, e um sistema de agenciamento de afetos individuais e coletivos que resulta em práticas, políticas e relações estruturantes (cf. Pina Cabral 2005). Posteriormente, a idéia é traçar um sistema comparativo, contrastando brevemente o sistema brasileiro com outros distintos histórica e lingüisticamente. Finalmente, veremos que a terminologia tende a obedecer a uma economia mnemônica de termos, códigos e símbolos que funciona como uma espécie de “gramática comum” ao mundo militar, pensando algumas conexões entre mecanismos internos de solidariedade de exércitos singulares e imagens “exteriores” das máquinas de guerra.

2 Tenho a impressão que a idéia de uma “sociedade envolvente” é meramente provisória, por várias razões; destaco apenas o fato de que militares fazem parte dessa “sociedade”, pelo menos aos olhos dela. Talvez, aos olhos desses nativos, essa seja a “sociedade envolvida”, e eles os senhores da história, os credores da “dívida de sentido” de que nos fala M. Gauchet (1980): aqueles a quem devemos a nossa vida em sociedade.

Tudo isso, finalmente, será seguido *a posteriori* por um breve exercício de especulação etnográfica, que pretende recolocar “interior” e “exterior” como subordinados à idéia de “relação”.

PARA O “INTERIOR”

O que acontece quando se entra para a instituição militar? Como bem mostra a pesquisa pioneira de C. Castro (1990), realizada a partir de uma etnografia com os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o indivíduo ingressante, desde o primeiro momento dos quatro anos de estadia em regime de internato, é submetido a uma bateria de rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetição constante de recursos mnemônicos cuja função parece ser a inculcação “naturalizada” ou “decoração”³ de princípios militares. Tais mecanismos parecem ter uma dupla finalidade: a) estimular uma constante desistência entre os cadetes, de modo que os perseverantes incorporem a noção de que se têm uma “vocação natural” para a vida militar; b) forjar a construção de uma nova pessoa, cuja nova identidade é reconhecida a partir da idéia do pertencimento a um “mundo de dentro”.

Tal reconhecimento se dá sobretudo a partir da constante atualização de princípios de entendimento da realidade em função de um ordenamento hierárquico (Leirner 1997 2001) e de características marcadamente holistas (Dumont 1992). Concretamente, tais fatos são vistos nativamente a partir do emprego da *disciplina*. Diferente de nós (para eles, *paisanos*, mas principalmente “nós da universidade”, seguramente um importante contraponto comparativo de oficiais), que temos diversas *disciplinas* e estamos a transitar por elas como uma *parte* de nossas vidas,⁴ os militares têm todo esse regime prescritivo condensado numa fonte de “capital militar” única reconhecida como *a disciplina*. Assim, se nossa etiqueta pode estar dissociada de nossas “disciplinas” intelectuais (posso ser um antropólogo brilhante e grosseiro, ou medíocre, mas polido), não podemos dissociar a etiqueta da disciplina militar.

Na caserna, sentar à mesa e combater passam pelo mesmo regime prescritivo. De maneira análoga, se no nosso mundo a separação de “palavras e coisas” é parte provável de nosso entendimento da realidade, possibilitando leituras duplas, paradoxos e convivência de paradigmas antagônicos, no mundo militar a constante marcação repetitiva da realidade sugere sobretudo que os termos e conceitos necessitam de uma tendência a unificar a palavra e a ação.⁵ Esta

3 O que nos leva à noção do “decorar” uma idéia, transformar a memória em um fato do “coração”, transformando a palavra em ação. Voltaremos a isso adiante.

4 O que podemos ver de maneira bastante crítica, seguindo toda a reflexão de Foucault (p. ex., 1987).

5 Não creio nesse caso que esses fatos mereçam ser pensados a partir de teorias baseadas na filosofia da linguagem ou da hermenêutica (à Geertz), sobretudo porque nos parece que um maior rendimento sociológico da questão não passa nem pelo plano das apreensões subjetivas nem pelo [continua]

forma de ler (e produzir) a realidade, evidentemente, para o nosso ponto de vista também está sujeita a ambigüidades (por certo, como qualquer outra); no entanto, para os militares, trata-se de (tentativamente) sempre convergir para uma visão unificada.⁶ Assim, “sentido!” significa a correspondente postura corporal imediata: procura-se suprimir ao máximo (de maneira ideal, totalmente) o intervalo entre a ordem e a sua consumação em ato, entre comando e obediência.⁷

Então, se de um lado tenta-se “minimizar” no indivíduo as suas características paisanas até uma pretensa “essência militar” naturalizada, de outro lado pretende-se preencher o que está lá com algo.⁸ A engenharia social que realiza esse feito baseia-se fortemente em um dia-a-dia ritualizado, inteiramente pautado pela repetição de um ordenamento da realidade. Tal fato é marcado por uma diagramação constante dos horários, dos modos de conduta, de reconhecimento automático de dispositivos de ação, como ordens, posturas corporais e etiqueta, assim como o reconhecimento de símbolos e notações, como os emblemas e sinais que se estampam nos uniformes, e, finalmente, de uma terminologia realizada principalmente através do emprego de uma linguagem cifrada por meio de siglas e termos nativos. Os exemplos podem ser agrupados em algumas classes terminológicas e classificatórias que escolhemos a fim de ilustrar esse corte identitário.

Começamos pelo fato extarordinário do estabelecimento de um “nome de guerra” para cada militar. Quando se entra para o exército brasileiro, logo após um curto período (que pode variar de dias a poucas semanas), se ganha, a partir das sugestões do indivíduo e posterior aprovação/ escolha feita pelo superior imediato que comanda a unidade em que se está (servindo; ou, no caso da academia militar, ingressando), uma abreviação do nome pessoal/de família que passará a ser o *nome de guerra*. Assim, um tal Emílio Garrastazu Médici será

[continuação] domínio da experiência individual ou intersubjetiva. Temos talvez mais evidências de que se trata de um sistema de troca de palavras-dons, pois remete ao princípio próprio de circulação de capital militar, baseado na integralização da cadeia de comando circulando a disciplina (Leirner 2001). A idéia, assim, se aproxima da noção de *habitus* de P. Bourdieu (1977).

6 Digamos que haja uma divergência entre dois militares. O que importa é que ela certamente terá que ser resolvida, essa situação não pode permanecer “estacionada” na cadeia de comando. Assim, também se uma verdade ou teoria exterior abrir uma divergência na cadeia, é necessário que no fim das contas se opte por uma verdade singular.

7 Duas máximas militares que ilustram esse “espírito”: “Quando o cérebro não funciona, o braço flexiona!”; “Só o treinamento exaustivo leva à exaustão...”.

8 Assim se define o objetivo do “curso básico” dos cadetes (os dois primeiros anos na AMAN): “Nos 1.º e 2.º anos da Academia Militar ocorre a Formação Básica do futuro oficial. Os objetivos são ajustar a personalidade do cadete aos princípios que regem a vida militar, assegurar os conhecimentos que o habilitem ao prosseguimento de sua formação de oficial, fortalecer o caráter militar, preparar o combatente básico, obtendo reflexos na execução de técnicas e táticas individuais de combate, obter capacitação física e desenvolver habilidades técnicas” (retirado em 26/07/2006 de <http://www.aman.ensino.eb.br/pvisaogeral.htm>).

MÉDICI, grafado em letras capitais. O fato crucial que envolve essa marcação é que *jamaís pode haver mais de um com o mesmo nome de guerra na mesma turma*. Assim, entre os cadetes formados em 2005, só pode haver um SILVA. Se houver outro, terá que ter outro *nome de guerra*, JOSÉ, por exemplo. O *nome*, assim, [como tudo mais nos exércitos] torna-se um epifenômeno da hierarquia. Isto porque esta supõe que *jamaís* possa haver duas pessoas em condição igual na cadeia de comando: como uma fila indiana, ela pressupõe de ponta a ponta sempre haver, de um ponto de vista egocentrado, alguém que [imediatamente] comanda e alguém que [imediatamente] obedece. É o que se chama de “precedência hierárquica”.

Embora esse mecanismo esteja assentado em bases fortemente competitivas, esse é um sistema de classificação volátil que pressupõe acúmulo de capital militar.⁹ Trata-se, como mostrou Castro (1990), de uma “hierarquia de pares”, que tem como contraponto uma série de mecanismos de solidariedade fundamentados em clivagens sucessivas. Essas são, em princípio, “os da minha arma versus os das outras” (Infantaria, Cavalaria, Engenharia, Artilharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência); “os da minha turma versus os das outras” (... 1999, 2000, 2001, 2002... etc.); “os da minha força versus os das outras” (Exército, Marinha e Força Aérea); militares versus paisanos. Cabe notar que estas clivagens podem ser acentuadas ou afrouxadas, conforme o contexto; são, portanto, situacionais, embora obedeçam a uma lógica estrutural (Castro 1990). Neste registro, uma série de elementos simbólicos se agrega a esses parâmetros de identificação: canções, emblemas, ditados, crenças, estereótipos, além da série de experiências que o militar terá associadas à divisão de trabalho própria à sua arma, força, etc. Não foge a essa regra certos mecanismos de nomeação fundamentados em uma lógica do “batismo” e da “patronagem”.

No caso, por exemplo, das *turmas* de formação na Academia Militar [as mesmas nas quais só pode haver um nome de guerra], é estabelecida uma espécie de “solidariedade temporal” entre seus membros, representado pelo “nome de batismo” que a turma pode levar: por exemplo, turma de 1976 (Turma 31 de Março); turma de 1985 (Turma Forno); turma de 1999 (Turma Marechal Zenóbio da Costa), turma 2002 (Turma Voluntários da Pátria); turma de 2003 (Turma Antônio Dias Cardoso); turma de 2004 (Turma Brasil 500 anos), e assim por diante. Tais nomes são escolhidos “pela própria turma”, em votação, e submetidos à aprovação por parte do comando da Academia (a exceção fica

9 Trata-se de um complexo sistema de contagem de “pontos” acumulados na carreira de um militar que estabelece um duplo critério para a progressão na hierarquia: de um lado, o *tempo de serviço* em determinada patente garante por si só a promoção de todos na força; de outro lado, o *mérito* pessoal pode acelerar essa progressão, fazendo um militar avançar sobre outros (que em princípio se formaram ou passaram pela patente anteriormente). Uma descrição detalhada desse sistema está em Leirner (1997).

por conta de datas comemorativas, como por exemplo os 500 anos do Brasil, que “batizaram” a turma 2000-2004).

Há uma série de outras marcas classificatórias que indicam clivagens “solidárias” no interior das Forças Armadas. Por exemplo, os patronos, sejam das armas (por exemplo, Rondon das Comunicações; Osório, da Cavalaria; Sampaio, da Infantaria, etc.), sejam das forças (Caxias, do Exército; Tamandaré, da Marinha; Eduardo Gomes, da Força Aérea), indicam emblemas e características heróicas que se associam às auto-imagens arquetípicas que os membros de cada uma dessas clivagens têm de si.¹⁰ Assim, os patronos, assim como as séries de estereótipos que se agrega a eles, atuam como uma espécie de recurso mnemônico que sintetiza características funcionais dessa complexa divisão do trabalho de guerrear. Em outros casos, temos, por exemplo, a caracterização de unidades militares em sistemas quase “totêmicos”, que, no caso brasileiro, correspondem exclusivamente às séries históricas/heróicas que passam geralmente por um “sistema de identificação” entre unidades militares e figuras emblemáticas da história militar brasileira.

Por exemplo, o 2.º Grupo de Artilharia de Campanha Leve é chamado de “Regimento Deodoro”, em alusão ao marechal Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente da República (1889). Note-se, aqui, que é usado como nome da unidade somente o nome de guerra. Outros casos, como a 10.ª Brigada de Infantaria Motorizada, é chamada de Brigada “Francisco Barreto de Menezes”, levando assim o nome inteiro. Há, ainda, casos menos frequentes, como o 14.º batalhão de Infantaria Motorizada, chamado de “Regimento Guararapes”, por conta da batalha de Guararapes (19 de abril de 1648, em Pernambuco, onde se localiza o Batalhão); curiosamente, neste caso, ele ainda tem como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Cabe salientar que todos esses nomes são oficialmente estabelecidos, e não raro acompanham as unidades militares quando elas se mudam de local, ou mesmo mudam sua designação técnica (por exemplo, uma unidade de artilharia passa a ser uma unidade de artilharia leve).

10 Transcrevo, aqui, um trecho da “Canção de Caxias”, ilustrativa desse tipo de imagem: “(...) Salve, Duque Glorioso e sagrado/ Ó Caxias invicto e gentil!/ Salve, flor de estadista e soldado!/ Salve, herói militar do Brasil./ Foste o alferes, que guiando, na frente,/ O novel pavilhão nacional,/ Só no Deus dos exércitos crente, /Coroaste-o de louro imortal! (...)” (retirado em 26/07/2006 de <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Hinoscan/caxias.htm>). Vale notar, como bem mostrou Castro (2002), que os processos de estabelecimento (“invenções”, numa acepção que se aproxima cautelosamente à de Hobsbawn e Ranger) de tradições, cultos e heróis no exército brasileiro têm, em princípio, uma dimensão consciente, a partir de uma proposta pensada e articulada por agentes específicos (ministros, etc.). Mas também é verdade que essas “tomadas de posição” “decantam” com o tempo e passam a assumir um estatuto de verdade eternizada, tanto que no exército brasileiro pouco ou nada se sabia do fato de que Caxias só se tornou o patrono da força muito tempo após a sua morte, já no século XX. Curiosamente, também constatei, a partir do diálogo com um oficial, que a heráldica do exército era em boa parte “criada por aquele que ocupa a Seção de Heráldica do Departamento Geral de Pessoal do Exército”.

É notável, contudo, que a série de elementos nominativos no exército brasileiro seja tomada por uma enorme predominância da formalidade, em relação a elementos informais como “apelidos” (ou alcunhas; estas, contrariamente, existem em abundância em outros exércitos, como o norte-americano [veremos]). Não foi possível constatar que as unidades militares tivessem nomes informais, bem como heróis ou figuras emblemáticas. Por exemplo, um muito popular, o Duque de Caxias, passa a ser “Caxias”, simplesmente.

Já no caso dos “nomes de guerra”, ou mesmo dos apelidos que eventualmente se ganha no interior do Exército, geralmente a informalidade está restrita aos grupos de militares muito próximos do “apelidado”, geralmente de mesma patente, e raramente “vazando” o apelido para fora do círculo de próximos. É o caso, por exemplo, relatado a Cristina Silva (2007), quando uma tenente cujo nome de guerra era Peixoto fora apelidada de “Peixotão” (note-se, no caso, que ela é mulher, e ganha um apelido masculino, o que é aparentemente comum no caso brasileiro).¹¹ Porém, esse é um apelido que permanecia restrito ao círculo da sua patente e aos colegas que serviam em sua unidade.

Nesse caso, é visível que os elementos informais (que, note-se, abundam na sociedade brasileira, como já atestou Da Matta [1978]) são fortemente constrangidos pelos elementos formais e esbarram nos limites da hierarquia. De outro modo, mesmo os elementos informais, como as gírias militares, e a série de elementos formais, como a linguagem técnica, acabam por reproduzir diagramas e práticas distintivas entre as forças e os “mundos de fora” (Castro 1990), como eles bem gostam de salientar. Deste modo, além da “solidariedade interna” a cada parte funcional (arma, força, etc.), podemos dizer que entre elas há um conjunto orgânico que se sobrepõe às divisões, locupletando um sentimento de unidade.¹² Por isso mesmo, talvez mais profundo ainda seja o corte *militares/paisanos*, que indica, no limite, o pertencimento ou não a essa espécie de “grande cadeia do ser”.

Deste modo, a terminologia acaba por ser uma espécie de “cara-metade” do processo de distinção através da nomeação. No caso das gírias, é notável que elas são usadas para o estabelecimento de “um processo de criação criptonímica, com mutações morfo-fonéticas ou enxerto com a finalidade de tornar

11 Como existe toda uma tensão em “papéis masculinos” e “não masculinos” na profissão militar, são vários os mecanismos, boa parte das vezes ambíguos, que ora tendem a minimizar o gênero (por exemplo, é “a tenente” e não “a tenenta”, ou mesmo o apelido flexionado para o masculino), ora tendem a separá-lo (por exemplo, com a ênfase de que mulheres são melhores administradoras e piores combatentes, e por isso mais “paisanas”), cf. Silva (2007). Tal questão ainda está para ser melhor explorada.

12 Difícil aqui escapar da tentação organicista de recorrer a um modelo de solidariedade orgânica de cunho durkheimiano, ou mesmo holista de cunho dumontiano. Resta saber, contudo, se os exércitos não têm essa “conjectura positivista” como ideologia de formação da auto-imagem que acaba por se substancializar de vez na forma de sua organização. Enfim, tema demasiado complexo para os limites desse texto.

a comunicação acessível a poucos” (Marson 1969: 25). Assim, por exemplo, explica um militar: “*jangal* – é quando o caboclo tá na *sanhaço*. *Sanhaço* – situação instável, preocupante, que requer do milico ser *safo*. *Safo* – descolado, malandro, que resolve todos os problemas”. Ou então “*torar* (dormir: a versão diz que o sargento pergunta para o soldado: ‘tá dormindo?’; ele responde: ‘não, to orando’; daí a junção ‘torar’). *Última forma*: esquece, não faz mais isso. *Azm*: azar militar (utilizado, por exemplo, quando se é designado para a guarda). *Cagar mole*: não estar nem ai p/ as coisas q mandam fazer. *Escamar*: quem vive fugindo das tarefas. *Ralar/Ralação*: dar duro, se esforçar ao máximo. *Tá voando*: significa aquele sabidinho que não tem nada o que fazer. *Em QAP*: significa Quando Acionado Pronto. *Em condições*: quando se está pronto pra qualquer situação. *GDH*: significa Grupo Data Hora, por exemplo 270900Ago05. Traduzindo: Dia 27 às 09:00h do mês de agosto do ano de 2005”.¹³

Esta última gíria, quase um termo técnico, se agrega a esse segundo conjunto, bem mais complicado. Toda essa série terminológica pode ser usada em textos, memorandos, documentos, mas também em conversas corriqueiras, como a seguinte [em colchetes as “traduções”]:

Aí chega uma cara na OM [Organização Militar: nome que se dá a qualquer unidade militar]. Qual a coisa que ele fez? Fez NPOR [Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva: lócus de instrução temporária de oficiais que não seguirão carreira]. Tempo de instrução: de 6 a 10 meses. Não é regime de internato e só funciona em meio expediente. Escolaridade deles: 2º grau. E ele chega comandando os Sgt [sargentos] que com certeza são muito superiores a ele. Que situação ruim. Instrução eles dão? Não. Missão eles cumprem? Não. Instrução e missão já é [sic] NGA [norma geral de ação] os Of [oficiais] passarem a “bola” para os Sgt TFM [sargentos de treinamento físico militar]. Eles são guias? Sem comentários (Sargento, Exército Brasileiro).

As siglas, nesse caso, correspondem a um universo organizacional próprio. A quantidade de termos técnicos e siglas é variável de exército para exército, e dificilmente um militar tem domínio de todas elas. No entanto, é notável que geralmente elas possuem dicionários e léxicos nas próprias unidades militares (ou, como dizem os nativos, OMs: organizações militares). Por exemplo, na edição de 1999 dos termos militares publicada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, são contabilizados aproximadamente 3850 abreviações e siglas, como, por exemplo, C³I (*command, control, communications and intelligence*),

13 O conjunto é enorme; alguns outros exemplos, das mais usadas: melindrado, safo, bizonho, arrego, bizu, bizuleu, safar, aloparr, papirar, acoxambar. Um compêndio dessas gírias, ainda que realizado nos anos 60, está em Marson (1969).

ou A/C (*aircraft*), AAA (*antiaircraft artillery*), entre outras muitas. A edição brasileira de 2002, no manual “C 21-30: Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas”, somente em relação às letras “A” e “C” possui 1427 abreviaturas.

Note-se, ainda, que boa parte desses termos, siglas e abreviações tem tradução para outras línguas, possuindo até dicionários especializados como o Dicionário Inglês-Português de Termos Militares (1944), organizado por Homero de Castro Jobim. Aqui no Brasil, Comando, Controle, Comunicação e Inteligência também é pautado como C³I. Disso podemos, por hora, chegar à idéia de que os exércitos de fato possuem uma gramática comum, traduzida para sistemas lingüísticos e “colorações” locais. Assim, nesse ponto, estamos entrando no que entendo como uma “linha de contato”,¹⁴ para uma perspectiva voltada “para o exterior”, em que os exércitos estabelecem uma terminologia própria, mas com uma gramática comum entre exércitos diferentes. Vejamos como.

PARA O “EXTERIOR”

Existe toda uma terminologia internacional que também se coloca nesse esquema mnemônico de codificação da realidade, que, de fato, coincide em parte com conceitos e elementos que circulam internacionalmente. Embora muitas vezes ela se reporte ao inglês, é possível que nesse caso isso seja um fenômeno paralelo ao da internacionalização geral dessa língua. Mas também deve-se, e talvez até muito mais, ao fato de os Estados Unidos terem a maior quantidade de armas, estarem presentes na maior quantidade de conflitos e, principalmente, de serem um inimigo potencial de praticamente todo mundo. Assim, embora siglas como AWACS (*airborne warning and control* – i. e., sistemas de radares instalados sobre aeronaves) ou ASTOR (*antisubmarine torpedo*) sejam em inglês, seu uso acaba sendo genérico.

O que salta aos olhos, contudo, é a existência de todo um sistema de notações que independe da língua: é exclusivamente militar, e funciona para todos. Embora seu acesso seja restrito, não chega a ser confidencial, qualquer um que tiver paciência em empreender uma pesquisa e quiser se familiarizar com a “língua” poderá fazê-lo. Por exemplo, é possível observar uma tabela-código de aviões militares, para se entender de cara a classificação que um avião inimigo pode levar no radar.¹⁵ Algo como YWCH-77A – significa o protótipo (Y) da variante A do 77.º projeto de helicóptero (H) de transporte (C), modificado para o desempenho de missões de reconhecimento meteorológico (W), ou GOA-37C – significando a variante C do 37.º projeto de avião convencional de

14 No vocabulário militar, a “linha de contato” é uma divisão imaginária que separa as tropas de um exército de seu(s) inimigo(s).

15 O mesmo existe em relação a embarcações militares, e mísseis (trataremos disso mais à frente).

ataque (A), modificado para missões de observação (O), colocado em serviço permanente no solo (G).

Creio, porém, que além dessas notações, regularmente encontradas em documentos militares, livros especializados e fóruns na Internet, mais importante é uma simbologia associada a uma estrutura organizacional de longa duração (Leirner 2001) que permeia todos os exércitos (ou pelo menos todos que pude observar, uns 150, pelo menos). Assim, por exemplo, um “pelotão” no Brasil ou em Portugal é um “platoon” nos EUA ou na Grã-Bretanha; assim como um “capitão” no Brasil é um “captain” nos EUA ou um “shao xiao” na China. Evidentemente, se essa estrutura é praticamente a mesma em qualquer lugar, ela também recebe suas colorações locais (embora caiba enfatizar o forte caráter de tradutibilidade entre elas).

Assim, em relação aos nomes de guerra – prática, aliás, que já tem registro na França desde o século XVII, porém associada geralmente ao nome do regimento que se ocupava –,

In 1716, French military rules require a *nom de guerre* for all regular soldiers. The assignment of these nicknames is done in a flexible manner. It can be the soldier’s choice or that of the Company’s captain. During the American revolution, France sends the régiment de Tourraine to help the American rebels. A list of these soldiers has been published. In each company, all the nicknames start with the same letter. Thus in the Dugre company, the soldiers’ nicknames all start with the letter D, in another company, they start with B. It is thus easy to identify to which company a soldier belongs. From 1764 to 1768, the Company of Casaux of the Régiment de Boulonnois-infanterie uses names of vegetables. We thus find Lartichaud, Lalétue, Lachicorée, Lecresson et Lecerfeuil (Lepine 2007: 1).

Ainda assim, nessa época era bastante comum o nome de guerra associar-se também ao local de onde se vinha, ou da paróquia a que se estava assentado.¹⁶ Curiosamente, já não se costumava herdar o nome de guerra do pai (*idem*, *ibid.*), o que salientava que já nos fins de 1600 os processos de ressocialização no interior dos exércitos eram bastante pronunciados. Hoje esta tendência se mantém; oficialmente, na maioria dos exércitos o procedimento segue os

16 Note-se assim o englobamento desse sistema de nomeação sobre relações coloniais marcadas por uma certa instabilidade. Por exemplo, conforme Trajano Filho, “pequenas variações na forma da inscrição dos nomes nas listas sugerem que o regime de controle da identificação não estava plenamente estabelecido na Guiné colonial. É o caso dos registros de ‘Antônio Domingos soldado 34’, de ‘José Luís soldado 132’ e de ‘Manuel Joaquim Soldado’. Nesses casos já não há mais marcadores visuais a separar o nome do comentário. E como no meio militar os indivíduos também são identificados pela patente e pelo número, parece que o instável regime de nomeação colonial complementava a lógica de identificação dada culturalmente pelo paradigma dos prenomes com a lógica racional militar de identificação” (2006).

mesmos termos do brasileiro (acima descrito). No entanto, salta aos olhos que em exércitos de língua anglo-saxônica e germânica os apelidos de comandantes sejam amplamente divulgados, afrouxando o padrão “burocrático” visto em países latinos (*e. g.* Brasil, Portugal, onde os comandantes raramente têm publicados seus apelidos) e exaltando-se uma qualidade “carismática”. Por exemplo, “Lighthorse Harry” – Henry Lee III, general norte-americano; “Mad Anthony” – Anthony Wayne, general norte-americano; “Monty” – Bernard Montgomery, marechal de campo inglês (II Guerra Mundial), “Schneller Heinz” – Heinz Guderian, general alemão (II Guerra Mundial), “*Der Rote Kampfflieger*” – Manfred von Richthofen, piloto alemão, I Guerra Mundial, conhecido no Brasil como “Barão Vermelho”.

O mesmo caso se aplica às unidades militares: se no Brasil seguem nomes históricos ou geográficos, e o mesmo em Portugal (por exemplo, o 14.º Regimento de Infantaria é o “Regimento Infantes de Viriato”, ou ficam apenas com o nome técnico, ou este associado ao local), no universo anglo-saxônico, especialmente norte-americano, não faltam apelidos. Por exemplo, o 2nd Infantry Division chega a ter dois apelidos: “Warrior Division” ou “Indian Head”; ou o 4th Infantry Division: “Ivy” – jogando com o número romano “IV” (“4”), ou ainda a 11th Armored Division: “Thunderbolt 11th”. De qualquer modo, ainda que se destaque o mecanismo informal de atribuição de apelidos, parece-me que eles operam no registro do estabelecimento de práticas de distinção e solidariedade “orgânica”. Note-se, inclusive, a explicação para o “totemismo militar” observado por Ralph Linton na 2.^a Guerra, no caso da 42.^a Divisão norte-americana, chamada de “Arco-Íris”, tomada a partir do registro de C. Castro:

Linton pretende mostrar o desenvolvimento, no Exército americano em ação na Europa, de uma série de crenças e práticas que apresentam uma considerável semelhança com os complexos totêmicos existentes entre alguns povos primitivos. Ele mostra como o nome da Divisão, arbitrariamente escolhido por membros do Estado-Maior americano, foi aos poucos presidindo um crescente sentimento de solidariedade grupal. Inicialmente, os soldados começaram a responder à pergunta ‘A que unidade você pertence?’ com ‘Eu sou um Arco-Íris’. Em seguida, com o passar do tempo, foi estabelecido pelos próprios soldados o uso de um arco-íris como insígnia, o respeito à representação desenhada desse ‘patrono’, a crença em seu papel protetor e em seu valor de presságio – o aparecimento de um arco-íris antes de um combate passou a ser considerado sinal de vitória (Castro 1990: 59-60; cf. R. Linton, “Totemism and the American Expeditionary Force”, *American Anthropologist*, 26, 1924).

Evidentemente não estou querendo tirar conclusões sobre “diferenças civilizacionais” a partir da diversidade dos nomes que relatamos acima, mas, pelo

contrário, me ater ao fato de que embora essas diferenças existam de fato, na profundidade há uma “linha de força” que reage na base do estabelecimento de fluxos formais que ultrapassam fronteiras nacionais. No caso, e apenas nele, acredito que as semelhanças em que as classificações enquadram as terminologias são resultantes do fato da guerra operar em sistema, de certa maneira forçando os diferentes exércitos a aderirem a formas de organização e classificação da realidade bastante semelhantes. Sua configuração terminológica, portanto, também é resultante de uma espécie de racionalidade própria da guerra que opera no registro de uma espécie de combinatória. O que teríamos, assim, é um sistema de possibilidades amplas de relação entre as terminologias, as variantes organizacionais e o modo como o modelo funciona. Cada qual contingenciado pelas suas limitações e, principalmente, pela percepção que se tem de um sistema de inimizades (reais e potenciais, isso pouco importa, porque sempre tem de se estar preparado para dissuadir os inimigos...), jogando com uma combinatória possível.

Nesse plano, portanto, ocorre algo com um “ar de familiaridade” aos sistemas de parentesco. Embora possamos sempre falar na realidade e na experiência, também sempre pode haver um plano em que situamos os modelos e as possibilidades. Permitam-me assim especular, por enquanto, que esses modelos operam como sistemas transformacionais, valendo a analogia com modelos de parentesco tal como estabelecido em princípio por Lévi-Strauss e recentemente discutido por Godelier, Trautmann e Tjon Sie Fat (1998: 5).¹⁷ É claro, devemos tomar este momento como um “ponto de entrada”, mais que um ponto de partida ou de chegada (como se verá no fim deste artigo).¹⁸

Evidentemente, tal correlação só é possível se aceitarmos o pressuposto de que a guerra, assim como demais fenômenos humanos, pode ser entendida como uma *relação*; mas, talvez como só alguns sistemas humanos apenas, como uma relação que se aplica a escalas que transcendem o nível local, e talvez exatamente porque se há alguma imanência na guerra, é porque ela está projetada para o “exterior” das “unidades sociais ou societárias” (com todas as ressalvas a essa idéia de “unidade”, no mais, provisória).

17 Cito: “The discussions that follow build upon three fundamental ideas about the nature of kinship terminologies, ideas – first proposed by Morgan – that have held up very well over the last century or so of kinship analysis. First, kinship terminologies do not exist in a vacuum but are influenced by the marriage rules of the societies in which they are found. Second, the thousands of systems of kinship terminology in human societies around the world are but variants of a limited number of different types. And third, the different types of kinship terminology can be shown to be transformations of one another. The question that remains open is whether there is an overall directionality to such transformations.” (Godelier, Trautmann e Tjon Sie Fat 1998: 5)

18 E, desde já, permitam-me dizer que não vou me esquivar do problema do “concreto” em relação ao “modelo” aqui provisoriamente lançado. Antecipando o argumento, imagino que a etnografia, e o observador, estejam embebidos de efeitos colaterais das relações que seu objeto provoca (cf. Leirner, 2001). Se sou sistemático – no sentido estruturalista do termo – é porque assim também são os meus nativos.

Neste ponto, a compreensão de um “sistema da guerra” (Leirner 2001) passa por uma rede de inimizades, reais ou potenciais, extensiva a um plano generalizado. Ou seja, na perspectiva de um exército, havendo outro, ele foi, é, ou pode vir a ser, um inimigo. Por isso tal sistema pode ser operado como uma combinatória de possibilidades. Aliás, nesse ponto, cabe notar a proximidade que vários modelos, especialmente amazônicos, estabelecem entre afinidade e inimizade, e, assim, parentesco e guerra (Viveiros de Castro 1993; Fausto 2001). Note-se, no entanto, que se de fato há alguma semelhança a declarar, é preciso que se leve em conta também o que *vai do interior para o exterior*, quer dizer, o que enfim se troca, transporta ou transfere entre um plano e outro?

AS CLASSIFICAÇÕES INTERNACIONAIS

No limite, se levarmos a cabo tanto a maneira pela qual as solidariedades “internas” quanto as determinações “exteriores” dos exércitos são construídas, veremos que os limites, fronteiras, aspectos “exclusivos” de cada um deles são praticamente indetectáveis. Mais parece que esses elementos estão em uma constante “atualização recíproca”, escapando de um “centro de gravidade” capaz de apresentar uma origem e um limite para a constituição dos exércitos. Claro que sempre podemos dizer que os exércitos são autóctones, e quem são seus respectivos militares (ou aqueles que estão “dentro da sua hierarquia”), e assim por diante. O problema se coloca justamente quando temos que colocar as peças em relação; quando entram determinações nem sempre conscientes; quando, enfim, percebemos que podemos inverter a ordem de aparecimento das coisas, e partir do pressuposto que a guerra vem da inimizade e não vice-versa (a inspiração é claramente fundada em Clastres [1980]). Optei assim, nessa última parte, em descrever, ainda que de maneira bastante preliminar e resumida, algumas representações que encampam mais claramente ao mesmo tempo elementos “nativos” e “exógenos”, focada sobretudo nos “meios de circulação de dons” que transitam entre exércitos, aliados e inimigos: armas, munições, poder de fogo.

Embora o inimigo, do jeito que colocamos acima, seja geral, conscientemente ele se apresenta como um fenômeno circunstancial, ou seja, em versões. Hoje, grande parte das informações coletadas nesse âmbito, portanto, vem dada a partir do ponto de vista da máquina de guerra¹⁹ norte-americana: não só por ela ser a maior inimiga dos “outros”, mas também por possuir o maior número de inimigos. Assim sendo, ela se torna (aliás, já se tornou há algum tempo), o maior centro irradiador de versões sobre as máquinas de

19 O termo “máquina de guerra”, ainda que inspirado em Deleuze e Guattari (1997), aparece agora por englobar além das forças militares propriamente ditas, todos os poderes que são absorvidos por essas para efetuação de seus propósitos, como indústria bélica, departamentos de Estado, etc.

guerra alheias, assim como as outras máquinas também acabam por incorporar e fabricar suas versões da máquina norte-americana. Ainda assim, como poderemos ver, grande parte da nomenclatura dos meios de guerra ao mesmo tempo contempla “solidariedades internas” e princípios estruturais, quase totêmicos, nas diferentes versões militares. Vejamos, por exemplo, alguns casos, partindo de frotas navais e seu sistema de nomenclatura.

Se olharmos a frota de armadas tão variadas como a norte-americana, brasileira, canadense, russa, portuguesa, francesa, inglesa, argentina, chilena, italiana e chinesa, veremos que as classificações seguem desde um sistema internacional de códigos (similar ao de aviação militar, mencionado acima), com a classificação de casco (ou *hull classification*) – por exemplo, CV=porta-aviões; FF=fragata; DD=destróier, etc. – até uma “nomenclatura de batismo”, própria de cada navio. Esta, contudo, está inserida em embarcações de “classes” “X” ou “Y”. Por exemplo, a marinha brasileira possui submarinos “Classe Tupi”, que inclui o S30 Tupi, S31 Tamoio, S32 Timbira, S33 Tapajó e S34 Tikuna; ou porta-aviões como o Minas Gerais e o São Paulo. Nesses casos, embora a classe dos submarinos responda ao nome daquele que deu origem ao formato da frota (por serem de “padrão Tupi”, os outros são “classe Tupi”), podemos notar que os porta-aviões, ambos singulares em seus propósitos, levam apenas seu nome, considerando a frota brasileira. Contudo, nesse caso, incorporam a classe de seu domínio antecessor: no caso do Minas Gerais, “classe Colossus”, de origem britânica; no caso do São Paulo, “classe Clemenceau”, de origem francesa. Não raro, ainda, os navios acabam sendo identificados por “classes de origem”, geralmente espelhadas nas frotas das grandes potências, mesmo que já constituam uma classe “nativa” ou sejam produzidos no seu país natal. Assim, por exemplo, as fragatas de Taiwan “classe Cheng Kung”, podem ser vistas como sendo da “Oliver Hazard Perry Class”.

Ainda assim, levando ou não o nome de uma “classe exemplar” ou da “exógena”, parece que a maior parte das frotas segue critérios bem estreitos e marcados para nomear suas embarcações. Olhando para as diversas frotas acima, observa-se que a maior tendência é a de nomear a partir de *nomes próprios* (de militares, ex-presidentes ou grandes “personalidades nacionais”): assim (tomando uns poucos exemplos, dentre inúmeros), há na frota norte-americana, por exemplo, os porta-aviões Roosevelt, Bush ou Nimitz; na portuguesa, fragatas classe João Coutinho ou Vasco da Gama; na francesa, Colbert, Commandant Rivière, Jeanne d’Arc; na italiana, Garibaldi, Andréa Doria. Bastante comum, também, é a nomeação por lugares: na frota russa, Kiev, Moskva; na britânica, Liverpool, Manchester, Bristol; na norte-americana, os submarinos Iowa, California ou Long-Beach. Também observamos, além do caso brasileiro, a nomeação de grupos indígenas nos casos canadense (Iroquois, Huron, Athabaskan) e norte-americano (Navajo, Mohawk, Sioux). Ainda, em número bem menor, podemos citar a nomeação por entidades, como nas embarcações

portugueses Hidra e Cassiopéia, ou adjetivos como no francês *Trionphant* (esses últimos casos, note-se, sempre envolvendo denotações de poder).

Curiosamente, ainda que tenham esses “nomes próprios”, é comum a embarcação ser olhada [pelos outros] genericamente pela classe, e recodificada em função de um “apelido” recodificado sobre seus próprios termos. Além da classificação do casco, é comum adicionar um codinome, especialmente quando se trata de um inimigo real, e não só potencial: por exemplo, um SSBN (Submarino com míssil balístico com propulsão nuclear) russo, é identificado pelos norte-americanos como de “classe Quebec” ou “Delta” ou “Typhoon”; em outras classes eles ainda podem ser “Oscar”, “Papa”, “Foxtrot”, i. e., a lista pode ir de A a Z, seguindo um padrão internacional de códigos associados às letras. Algo parecido ocorre em relação às outras classes de armamentos.²⁰ Aviões, por exemplo, costumam ter, além de seu prefixo próprio, um nome associado. O caso norte-americano, sem dúvida, é um dos mais ilustrativos, até pela variedade de aviões que eles possuem. Exemplarmente, suas aeronaves se enquadram em três categorias mais comuns: entre vários, vemos [a] pássaros: A-4 Skyhawk, F-15 Eagle, F-16 Falcon, EF-111 Raven; [b] animais: A-37 Dragonfly, F-5 Tiger, F-20 Tigershark; [c] entidades naturais/sobrenaturais/míticas: C-130 Hercules, P-2 Neptune, A-10 Thunderbolt, C-5 Galaxy, F-104 Starfighter.

Assim, saltam também aos olhos os codinomes que as aeronaves dos inimigos dos norte-americanos recebem. Na segunda guerra, todo avião japonês era chamado por um codinome “próprio”²¹ dos norte-americanos. Por exemplo, Aichi

20 E não só armamentos. Manobras táticas também podem ter apelidos. Um exemplo é aquela de submarinos conhecida como “crazy Ivan”, como aponta a seguinte descrição: “Crazy Ivan is a US Navy term for a Soviet submarine maneuver, characterized by any number of sudden and sharp turns, used by submarine crews to ‘look behind’ them. Because of the acoustic distortions and noise caused by propeller blades, it is nearly impossible for conventional sonar to detect objects directly behind a submarine. So, with sudden turns, the area where the sonar is not effective shifts relative to the current heading of the submarine, causing previous gaps in sonar coverage to be revealed while masking known areas. This gap in sonar coverage because of the submarines own propeller is commonly known amongst submariners as ‘the baffles’. The ‘Crazy’ part of the name comes from the fact that these maneuvers were very sudden and ‘Ivan’ was a common nickname used to refer to the Russians. A standard tactic of pursuing submarines would be to closely follow the Soviet submarine hidden right in the sonar gap, causing the US submarine to go undetected. Because of this, there were two dangers for the submarine’s crew. The first would be, of course, detection by the Soviet submarine if the sonar gap shifted and the US Navy submarine would be revealed. A common countermeasure was to stop the engine and pumps in the pursuing sub and rapidly go for maximum silence, which would lead to the second danger, collision. With its inertial momentum, the US sub’s forward movement would continue with the possibility of collision with the unknowing Soviet submarine dead ahead in the process of turning sharply. An example of Crazy Ivan gone wrong happened on June 20, 1970, when USS Tautog collided with the Soviet Echo class submarine known as ‘Black Lila’. Fortunately, both boats survived the collision.” (texto retirado em 27/07/2006 de http://en.wikipedia.org/wiki/Crazy_Ivan)

21 Creio que nesse caso há uma diferença em relação aos códigos internacionais associados às letras (como “Echo”=E, “Papa”=P, etc.), especialmente porque na lista há letras não contempladas, e porque os nomes não seguem a uma ordem crescente ou decrescente, sugerindo uma analogia com o alfabeto.

D7A = “Grace”, Kawanichi NIKI = “George”, Kawasaki KI 102 = “Randy”, Mitsubishi A5M = “Claude”, e o famoso Mitsubishi Zero-Sem = “Zeke”. Já os aviões soviéticos (e hoje russos), têm codinomes de outra natureza, sarcásticos, às vezes denotadores da espécie de atributo de cada aeronave (às vezes não, o que indica um certo grau de aleatoriedade): por exemplo, IL 28 = “Beagle”, que pode ser um cão, mas também um espião; TU 160 = “Blackjack”, pirata; YAK 38, “Forger”, falsário, mentiroso; mas também há IL 18, “Coot”, que pode ser frango d’água, mas também trouxa, estúpido; NA 22 = “Cock”, galo. Note-se, nesse sentido, que há uma certa inflexão pela série animal, mas, nesse caso, sem os atributos “positivos” das próprias aeronaves, pois os inimigos quase sempre aparecem tomados por seres de características ambíguas, senão mesmo duvidosas. Aliás, uma série parecida aparece na nomenclatura de mísseis, especialmente quando se trata de mísseis nucleares de alcance continental ou intercontinental. Enquanto os norte-americanos nomeiam os seus como “Polaris” (UGM 37), “Titan” (LGM 25), “Trident” (UGM 96), “Spartan” (XLIM 49), eles codificam os russos de “Savage” (SS 13), “Satan” (SS 18), “Scalpel” (SS 24), por exemplo.

O que, enfim, essa série de nomes parece indicar? Em primeiro lugar, que os nomes “circulam” entre os diversos exércitos. Os batismos ocorrem, mas as máquinas “guardam” ou “espelham” nomes dos outros. Em segundo, o que me chamou particularmente mais atenção, é que a nomeação por “batismo” e “apelido” tende a “simplificar” a complicação técnica que marca justamente a tentativa de “fechamento” que as máquinas de guerra possuem em relação à chamada “sociedade envolvente” (de novo, resta saber quem “envolve” quem...). Minha hipótese, para esse fato, se baseia num duplo movimento: ao passo que os exércitos se “fecham” para aquilo que entendem como “sociedade”, se “abrem” para o plano das relações de inimizade. Longe de serem “livros abertos” para seus inimigos (e também para seus etnógrafos – poucos que os sejam), não se trata aqui de revelar sua substância palpável, sua versão tática ou estratégica, mas de se “abrir” para um tipo de *relação*. Enfim, menos do que uma abertura voluntária para a relação, o que estou propondo aqui é uma perspectiva que nesse caso dê conta de um duplo movimento: a relação faz os exércitos, assim como exércitos fazem relações. Não há, entre exércitos, o que determina e o que é determinado. E, do mesmo modo, não há, do ponto de vista etnográfico, um ponto de partida, nem de chegada: sempre entramos no meio do caminho.

UNIVERSAL, PARTICULAR E O LUGAR DO ETNÓGRAFO

Não se trata assim nem de um caminho do particular ao universal, nem vice-versa. Penso aqui em um certo ar de familiaridade com o que já sugeriu Sahlins (1990: 12): “se os amigos criam presentes, os presentes também

criam os amigos, ou como melhor diriam os esquimós, ‘dádivas criam escravos – como os chicotes criam cachorros’”. No caso militar, também é verdade que assim como os esquemas locais criam apropriações específicas de um código universal, justamente por estarem em relação, estes mesmos esquemas locais “devolvem” imposições (se quisermos ir bem longe, por que não dádivas?) que reconfiguram o próprio o campo semântico militar. Sobre a terminologia e as nomações militares, é notável que seus sistemas classificatórios operam por analogias, combinatórias e oposições, e, não raramente (como vimos), se utilizam de codinomes que evocam séries naturais e mitológicas, que são contudo trabalhadas de forma criptografada no interior de cada unidade militar.

Assim, embora o sistema esteja operando em uma chave relacional, o modo que ele é apropriado (em cada caso) tem uma disponibilidade restrita. Obviamente não se trata de voltar à idéia de que há uma “lógica totêmica” operando por trás de exércitos.²² Creio que nesse caso este fenômeno ocorre pela natureza mesma da atividade militar, que, como disse acima, impõe um certo “mnemonismo” classificatório: uma vez que o sistema se mostra eficaz, ele tende a se propagar, mas cada um se apropria dele à sua maneira. Se os norte-americanos na II Guerra eram “cães” para os alemães, estes não deixavam de ser “repolhos” para os norte-americanos.

Finalmente, creio que uma última questão se coloca. Evidentemente, o etnógrafo não tem acesso fácil às classificações e terminologias militares, pois várias delas têm que operar no registro do mais absoluto segredo. E, quanto mais a fundo o etnógrafo observar um sistema específico de um determinado exército, provavelmente mais criptografado ele estará, e mais fundado em segredos baseados em códigos acionados, por sua vez, através de dispositivos específicos. É claro que isso impõe problemas para a própria observação; contudo, ao mesmo tempo permite que a análise atente para as disposições estruturais que a série “inter-exércitos” coloca para a relação concreta *entre exércitos*. E isso não necessariamente se torna uma desvantagem etnográfica.

22 Não se trata assim de retornar às “categorias universalistas de descrição institucional que herdamos da antropologia evolucionista”, como sugere Pina Cabral (1991: 84) particularmente problematizando noções como o totemismo, magia, etc. Concordo inteiramente com ele que a comparação regional (e portanto a relação entre localidades) deve sobretudo basear-se em modelos indígenas (cf. Needham, 1971), e, nesse sentido que “a inter-relação de diferenças que cria a identidade não é simples; há diferentes tipos de identidade que se baseiam em tipos distintos de diferença” (Pina Cabral, 1991: 92). Para o caso militar que estamos lidando, enfim, talvez prefira a idéia de uma “perspectiva múltipla sobre um mesmo ponto de vista”. A aproximação aqui pretendida pode ser indiretamente relacionada ao enunciado perspectivista (cf. Viveiros de Castro 2002: 347 e segs., especialmente nota 1). Como sugeri anteriormente (Leirner 2001), esta talvez seja uma qualidade ou esquema que pode se aplicar especialmente àqueles que necessariamente têm que se realizar a partir de uma prospeção do inimigo. Quem sabe uma “estrutura da inimizade”? Ver, também nesse sentido, a proposição de caráter universalista para o fenômeno do “Rei Estrangeiro” recentemente formulada por Sahlins (2007).

Imagino que, neste nível, o concreto está em toda parte, só dependendo do ponto de vista em que se está (cf. Marques 2007). “Mesmo uma rede ampla continua a ser local em todos os pontos”, como bem diz Latour (1994: 114). Note-se, por exemplo, os códigos de lançamento de artefatos nucleares, baseados em seqüências de combinações alfa-numéricas que põem em relação códigos lacrados: sozinhos não significam nada, mas, ao entrar em relação, podem significar uma ordem de lançamento. Tal relação, tal qual “um lugarejo na zona rural do Brasil, um laboratório de pesquisas ou uma assembléia da ONU”, pode ser vista de maneira análoga a uma rede técnica (Marques 2007: 14-15; Latour 1994: 114 e segs.). Para etnografá-la, posso, e devo, entrar em qualquer ponto de sua malha, e começar a percorrê-la. Também sei, nesse nível, que para entender o “modelo da ferrovia” não preciso percorrer todas estações de todas ferrovias do planeta (*idem*: 115).

Embora cada exército (ou analogamente, localidade) tenha lá seus códigos, pode-se dizer que os dispositivos que os relacionam, quando se relacionam, são de mesma natureza.²³ Preciso, como etnógrafo, saber qual é o código de lançamento de cada míssil para se entender essa faceta do fenômeno militar? Não, e tampouco chegarei perto de saber qual é a totalidade das plataformas de mísseis, todos seus nomes e características técnicas. Vale dizer, enfim, que nesse caso, o que está sendo lido e analisado (acima) pode ser entendido como “uma extensão da guerra por outros meios”. E, insisto, a guerra não é uma relação? Se concordarmos que sim, então seus nomes e termos não são meros enfeites das máquinas de guerra, mas podem revelar algo da natureza e dimensão da guerra enquanto fenômeno humano.

23 Criptografias devem assim ser descobertas; por isso elas mudam, e por isso podemos saber os nomes código que elas tiveram no passado, como no caso dos aviões japoneses acima descrito.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, P., 1977, *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CASTRO, C., 2002, *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- , 1990, *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CLASTRES, P., 1980, “Arqueologia da violência”, em *Guerra, Religião e Poder*. Lisboa, Edições 70.
- DA MATTA, Roberto, 1978, *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DELEUZE, G., e F. Guattari, 1997, *Mil Platôs, Vol. 5*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- DUMONT, L., 1992, *Homo-Hierarchicus*. São Paulo, Edusp.
- FAUSTO, C., 2001, *Inimigos Fiéis*. São Paulo, Edusp.
- FOUCAULT, M. 1987, *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes.
- GAUCHET, M., 1980, “A dívida do sentido e as razões do Estado”, em *Guerra, Religião e Poder*, Lisboa, Edições 70.
- GODELIER, M., T.R. Trautmann, e F. Tjon Sie Fat, 1998, *Transformations of Kinship*. Washington, Smithsonian Institution Press.
- LATOURE, B., 1994, *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- LEIRNER, P.C., 2001, *O Sistema da Guerra*, tese de doutorado. São Paulo, DA/FFLCH/USP, mimeo.
- , 1997, *Meia-Volta, Volver: Um Estudo Antropológico Sobre a Hierarquia Militar*. Rio de Janeiro, FGV/Fapesp.
- LEPINE, Luc., 2007, *The Military Roots of the “Dit” Names*. Extraído de: <http://www.history.ca/prodev/article.do;jsessionid=3E86958AD416167935EAA78FF7A55947.tomcat2?id=15346>, acessado em 18/03/2007.
- MARQUES, Ana C., 2007, “Introdução”, em *Conflitos, Política e Relações Pessoais*. Fortaleza. UFC/CNPq.
- MARSON, G., 1969, *Gíria Militar*, dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, mimeo.
- NEEDHAM, R., 1971, *Rethinking Kinship and Marriage*. Londres, Tavistock.
- PINA CABRAL, João de, 2005, “O Limiar dos Afectos: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social de pessoas”. Aula Inaugural do PPGAS/UNICAMP, Campinas.
- , 1991. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa. Difel.
- SAHLINS, M., 2007, *The Stranger-King; or, elementary forms of the political life*. Palestra dada na Unicamp, mimeo.
- , 1990, *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SILVA, Cristina R., 2007, *Mulheres em Armas: Masculino e Feminino no Exército Brasileiro*. São Carlos, DCSO/UFSCar, mimeo.
- TRAJANO FILHO, Wilson, 2006, “O trabalho da crioulização: os nomes pessoais na Guiné colonial”. Comunicação apresentada no simpósio internacional *Nomes e Pessoas: Género, Classe e Etnicidade na Complexidade Identitária*, ICS/Universidade de Lisboa.
- VIVEIROS DE CASTRO, E., 2002, *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios*. São Paulo. Cosac & Naify.
- , 1993, “Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico”, em M. Carneiro da Cunha e E. Viveiros de Castro (orgs.), *Amazônia: Etnologia e História Indígena*, São Paulo, NHII/USP-Fapesp.

On “soldier’s nicknames”: military classifications and terminology ♦ Piero de Camargo Leirner ♦ Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos ♦ pierolei@power.ufscar.br

In this article I intend to discuss how is built in the military world a single terminology, witch widely calls up symbolic resources intending to delimitate their frontiers in relation to the “outside world”. Thus, theirs classifications are realized pointing toward a hierarchical construct on the concepts of reality. Such hierarchy widely determines their reality, from a “military worldview” to the construction of the soldier’s *persona*, that is done by an intense process of socialization, in witch one of this marks is the acquisition of a “soldier’s nickname”. At last, I note how the nomination process encompasses military collectivities and war machines, including here codenames for actions and weapons.

KEYWORDS: military, war, naming, nicknames, hierarchy, weaponry.